



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Comitê Intersectoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000
Telefone: 11-2833-4150
PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 124101136

**ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POP RUA REALIZADA NO DIA
02 DE ABRIL DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 13H30.**

Participantes Governo: Maria Luiza Rodrigues Quirino (SMDHC); Karen Fernanda (SMDHC); Maria Lucia de Oliveira (SMDDET); Silvana Ferreira Gomes (SMS); Luciano Santos Araujo (SMSUB); Thiago Fijos de Souza (SME); Marcia Helena Matsushita (SME); Thais Silva dos Santos (SMADS);

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Gisele Abreu, Paola Richely Bispo dos Santos.

Participantes Organização Social: Mabel Andrade Garcia (AEB), Darcy da Silva Costa (CISARTE);

Participantes Convidados: Regina Santana (Secretária - SMDHC); Stella Verzolla (Adjunta - SMDHC); Eliana Gomes (Secretária - SMADS);

A reunião teve início às 13:55, com a presidência de Karen Fernanda e Roberta Paulino.

Karen inicia sua fala pedindo desculpas pelo horário de início e informa que aguardavam para ver se chegavam mais pessoas à reunião. Apresenta Luiza (Maria Luiza Rodrigues Quirino), nova coordenadora de pop. Rua, e relata que chegou para ajudar e que a única coisa que pede é que se tenha respeito na reunião e que veio para fazer a diferença.

Karen prossegue falando sobre informes e pautas não mencionadas e que se tem algumas sugestões de pautas e que se tem encaminhamentos de outra reunião. Por sua vez, Alex informa que existem várias pautas sim e Karen pede para que ele respeite o momento de fala e, no momento de abertura de falas, que ele informe.

Karen informa sobre as reuniões e as convocatórias são encaminhadas por e-mail, e todas as reuniões que aconteceram de forma online. Informa que ocorreram as reuniões do subcomitê de denúncias, subcomitê de habitação e zeladoria urbana. Assim, Karen se refere à ouvidoria de direitos humanos que também estava presente.

Inicia o momento de falas abertas e Castor é o primeiro inscrito.

Castor iniciou sua fala solicitando e informando que, após um determinado tempo, seria possível cobrar a nova coordenadora, Luiza. Ele destacou seu desejo de se apresentar a ela, informando que está no comitê há 20 anos, sem faltar a uma única reunião. Enfatizou que toda a revolta expressada não é direcionada a Luiza, mas sim aos demais membros do comitê, que foram

insuficientes no que diz respeito à população em situação de rua, o que resultou no afastamento de pessoas em situação de calçada das reuniões do comitê.

Castor informou que o comitê passou a fazer parcerias com o governador do estado e o presidente, e que ele, Castor, é um representante da sociedade civil. Ressaltou que poderiam enviar um ofício ao presidente em nome de Castor Guerra e que foi ele mesmo que solicitou que o presidente comparecesse à reunião, destacando ser um membro da sociedade civil e um "brasileiro da calçada".

Castor afirmou que seu objetivo é tirar o brasileiro da calçada e reconheceu que isso é uma grande utopia. Se, de fato, fosse uma grande utopia, sugeriu que o comitê e a Secretaria de Direitos Humanos fossem encerrados, afirmando que tudo não passava de uma grande mentira e um cabide de empregos. Destacou que acreditará em Luiza, que acabou de chegar, mas ressaltou as experiências passadas com as pessoas que passaram pelo comitê ao longo de 20 anos, as quais foram profundamente decepcionantes. Informou que, ao longo desses 20 anos, outras pessoas chegaram ao comitê com a mesma expectativa, mas que o comitê não teve forças suficientes para levar pessoas em situação de calçada às reuniões. Observou que, entre tantas pessoas em situação de calçada, nenhuma delas estava presente na reunião.

Castor enfatizou que há mais de oito anos solicita a construção de banheiros públicos para as pessoas em situação de calçada, e expressou o desejo de que não fizessem com ele o mesmo que outras gestões fizeram, ou seja, reduzir suas falas nas atas. Destacou que gostaria que cada vírgula de suas palavras fosse registrada, pois apenas assim seria possível conscientizar a sociedade sobre a existência de idealistas como ele, que não têm salário, mas que tratam desses assuntos. Além disso, afirmou que é brasileiro.

Castor mencionou que há mais de vinte anos solicita a presença da imprensa nas reuniões do comitê, para que a sociedade tenha conhecimento da situação dos moradores brasileiros. Informou a Luiza que ela sempre o ouvirá falar "brasileiro", pois acredita que todos estão dentro da lei, mas que a lei não tem favorecido o brasileiro e que não há justiça. Declarou que o comitê tem atuado como intermediário entre o prefeito e a população pobre.

Por fim, Castor destacou que, se um dia Luiza se cansar de sua fala, ela não deve se cansar de sua energia, pois é essa energia que realmente importa, e encerrou sua fala.

Lorena Rios foi a próxima inscrita e iniciou sua fala pedindo desculpas por algo e para a coordenadora, informando que esta era a primeira vez que participava da reunião. Ela relatou que, em vez da pessoa do SEAS que deveria realizar a abordagem, são as pessoas em situação de rua quem acabam os abordando. Lorena mencionou que ela havia solicitado uma vaga, mas, quando a pessoa retornou, havia um novo protocolo. Nesse momento, ela já possuía três protocolos nas mãos e, ainda assim, a vaga não foi disponibilizada, fato que Lorena afirmou ter registrado em vídeo. Ela sugeriu que fosse criado, ao menos, um termo de assinatura para que a pessoa em situação de rua assinasse, uma vez que, em vários casos, a pessoa solicita a vaga e, quando ela surge, não quer mais, o que pode acabar prejudicando quem realmente necessita da vaga. Lorena destacou que essa luta não é fácil e que ela não está presente na reunião por interesse próprio. Embora não precise da vaga, ela explicou que todos os dias, ao ver as pessoas com colete identificando o serviço de vagas, pede uma vaga, mas sempre recebe uma negativa. Ela está, portanto, lutando pelos direitos dos cidadãos em situação de rua.

Lorena relatou ser ex-usuária de crack e que agora deseja ingressar na faculdade. Ela destacou que falar é fácil, mas estar na rua, embaixo de chuva, é uma realidade difícil, especialmente com promessas de vagas e, após uma espera de cerca de três horas, retornarem com um novo protocolo e informarem que a vaga não foi disponibilizada. Lorena informou que tem um vídeo que comprova que uma nova solicitação só pode ser feita após 30 dias. Ela solicitou uma vaga às 9h00 e obteve resposta apenas à noite, após mais de nove horas de espera.

Lorena se identificou como travesti e afirmou que não utiliza seu corpo para fazer programa. Relatou ainda que tem tentado procurar um albergue, mas não tem conseguido. Ela esclareceu que não está em busca de vaga, pois tem uma casa, mas se as vagas não são disponibilizadas para ela, isso gera uma preocupação ainda maior para as pessoas que realmente estão em situação de rua. Lorena afirmou que vai representar o direito de muitas pessoas que não têm a oportunidade de estar na reunião por vergonha. Ela mencionou ter visto dois recém-nascidos e uma criança de colo em situação de rua, com três protocolos nas mãos, em dia de chuva, e que, em três ocasiões, viu a van do serviço de vagas. Ela afirmou que não está na reunião para defender seus próprios direitos, mas sim pelos direitos humanos. Destacou que não se considera melhor do que ninguém e que ninguém é melhor do que ela, lembrando que todos, um dia, irão morrer. Lorena ainda ressaltou que vai continuar lutando, mesmo que precise voltar à prostituição, pois está. Determinada a pagar uma faculdade e mostrar para a sociedade que travestis não são sinônimo de bagunça. Relatou que começou a se prostituir aos 10 anos de idade, tem 23 anos hoje e carrega muitas marcas em seu corpo, mas garantiu que essa fase da sua vida já ficou para trás. Ela afirmou que vai voltar à faculdade, mesmo que para isso precise retornar à prostituição.

Lorena informou que estará presente nas próximas reuniões e, ao final de sua fala, questionou sobre a ausência de Lucas Amaral.

Ingrid foi a próxima a falar e pediu que organizassem a Ata, pois notou que quem falou na reunião não estava constando na Ata da reunião ordinária do mês passado, março.

Karen pediu um momento para esclarecer e informou que a ata de março ainda não havia sido publicada. Ela explicou que houve subcomitês e que foram feitas atas destes, mas estas não são publicadas no diário oficial. O que vai para o diário oficial é a ata das reuniões ordinárias, enquanto os resumos enviados aos conselheiros eram apenas para registro interno. Karen também mencionou que, embora não consigam deixar a ata na recepção, ela pode ser disponibilizada no dia em que alguém vier solicitar. Contudo, ela explicou que no dia da reunião não seria possível disponibilizá-la devido aos preparativos da reunião ordinária, mas poderia ser solicitada em outros dias normalmente.

Alex rebateu a fala de Karen e informou que a ata já havia sido publicada.

Ingrid, então, seguiu com sua fala e informou que, conforme mencionado anteriormente sobre os 16 conselheiros, ela questionava onde estavam esses conselheiros, pois a única pessoa que ela via era Gisele, que, segundo Ingrid, se disponibilizou e dedicou seu tempo para fazer a abordagem. Ingrid relatou que presenciou um senhor de 59 anos morrendo de hipotermia e, ao falar com o pessoal do SEAS, foi informada de que não era problema deles. Ela mencionou que foi xingada e gritaram com ela, mas que ainda assim ligou para Lucas Amaral, que gritou e fez a situação acontecer. Ingrid relatou que Lucas tirou fotos das pessoas e que, naquele momento, não havia outros conselheiros, apenas Gisele.

Ingrid afirmou que é inadmissível que existam apenas dez vagas e relatou que havia uma recém-

nascida de dez dias e três crianças com menos de seis meses em situação de rua. Ela ainda informou que, ao fazer uma doação de comida, foi proibida de entregar. Ingrid questionou onde estavam os direitos humanos e onde estava a dignidade do recém-nascido. Ela também relatou que a mãe de uma dessas crianças se desligou do CTA 18 após os funcionários terem agido de forma inapropriada ao se aproximarem do módulo dela enquanto ela se trocava. Ingrid afirmou que a Mãe, temia denunciar por perder seus filhos, assim como Ingrid mesma perdeu os filhos por conta de uma denúncia que fez sobre uma gerente da assistência.

Ingrid questionou onde estava o pessoal da SMADS, onde estava Lucas Amaral, lembrando que ele deveria estar na reunião para escutar o que ela tinha a dizer. Ela também destacou que Lucas havia prometido uma vaga para Lorena, mas não voltou para dar a resposta. Ingrid questionou até quando o pessoal do SEAS continuará “abraçando” a população em situação de rua, mencionando que eles alegam estar sendo ameaçados de morte, embora ninguém da rua os tenha ameaçado. Ela ainda relatou que, quando se trata de uma pessoa trans, eles verificam se a pessoa possui o perfil necessário, e quando chega às 19h00, não há mais ninguém para atender.

Ingrid também se dirigiu à secretária Regina e perguntou se existia um perfil específico para ser abrigado. Ingrid relatou que o SEAS está tratando mal a população em situação de rua, debochando das pessoas e utilizando uma abordagem rude, com frases como: “só tem 10 vagas”, “não adianta gritar”, “não sou sua empregada” e “aguarde sua solicitação”. Ela mencionou ainda que os atendentes olham as pessoas de cima a baixo e que o único critério para ser encaminhado para o abrigo é estar em situação de rua, com as atendentes do SEAS esperando para fazer a abordagem.

Ingrid também relatou que, em relação ao senhor com hipotermia, foram ela e Gisele quem o encontraram. Ele estava vomitando catarro e sangue, e elas o encaminharam para o Samu, que depois se retiraram, o que, para Ingrid, não é aceitável, pois, quando se pede socorro, é necessário aguardar no local. Ela informou que chamou Lucas Amaral para ajudar, mas ele não ajudou e foi embora. Por fim, Ingrid fez uma cobrança, questionando onde estavam os outros conselheiros, como Gisele, que se disponibilizou para ajudar.

Regina Santana, secretária dos Direitos Humanos, solicitou a palavra e informou que estavam ali para escutar. Lorena destacou que era necessário entender que a gestão anterior havia se encerrado e agora havia uma gestão nova. Ela ressaltou que estavam reclamando sobre algo que estava ocorrendo, mas que só poderia cobrar da nova gestão após dois ou três meses. Também ressaltou que ninguém era obrigado a escutar ofensas de outras pessoas, especialmente por ser uma gestão nova.

Regina retomou sua fala, destacando que entrou em contato com a secretária de Assistência Social e solicitou a presença de um representante na reunião para que pudesse ouvir. Ela mencionou a ata, afirmando que ela havia sido disponibilizada, mas ainda não estava pronta. Além disso, comentou sobre algumas falas que não constavam na ata e pediu que as pessoas se dirigissem até lá para entregar seus nomes e destacar as falas que estavam ausentes.

Alex, por sua vez, destacou que o combinado com a secretária não havia sido esse.

Regina retomou novamente a palavra e informou sobre as devolutivas realizadas no dia 19/03, nas quais ocorreram escutas, ressaltando que Allan (ODH) estava presente para realizar essas

devolutivas.

Ingrid solicitou a Luiza que a acompanhasse à noite para verificar como o SEAS atende às pessoas.

Luiza, por sua vez, destacou que estavam pedindo para ela realizar esse acompanhamento, mas que estava exausta devido a um problema pessoal. Ela relatou que gostaria de marcar um dia para passar a noite com a equipe, observar os atendimentos e afirmou que não estava fugindo da situação. Luiza também deixou claro que, caso alguém a estivesse gravando, ela assinava embaixo. Reiterou seu pedido para que fosse marcado um dia para esse acompanhamento.

Ingrid retomou a fala e relatou sobre a abordagem da GCM na Princesa Isabel, Luz e Cracolândia. A GCM estava chegando com pedaços de pau e tiros de borracha em pessoas em situação de rua. Ela destacou que essas abordagens eram agressivas e que não havia respeito nem empatia com as pessoas em situação de rua. Ingrid ainda mencionou que iriam filmar as ações e enviar para a Secretaria dos Direitos Humanos. Ela também comentou sobre Lucas Amaral, que, segundo ela, fazia pouco caso, especialmente com crianças, e que havia enviado um áudio ameaçando Ingrid. Ingrid ainda ressaltou que ele entregou um papel afirmando que havia vaga, mas isso era uma mentira, e expressou o desejo de que essa situação fosse interrompida.

A próxima inscrita foi Luci, que iniciou destacando que foi até ali não para falar sobre a pressão da polícia sobre as pessoas em situação de rua, nem sobre vagas ou a falta delas. Ela mencionou que o foco era sobre a necessidade de melhorias nos locais de acolhimento, já que conviveu por anos dentro de abrigos. Luci destacou que estava ali para falar sobre o auxílio reencontro e a importância das visitas semanais. Relatou que estava sem dormir e sem conseguir fazer o que precisava, pois seu raciocínio estava fora do normal. Ela informou que teve uma reunião com Bezerra e Lucas, onde conseguiram o auxílio moradia e ficou tranquila por ter conseguido arrumar um canto e pagar por ele. Relatou que foi a primeira a sair do abrigo e pagar pelo seu próprio espaço. Luci contou que pegou suas coisas e foi embora, e que inicialmente foi informada que teria visitas semanais, depois mensais, e, posteriormente, trimestrais, até que as visitas passaram a ser esporádicas. Ela destacou que quem realiza essas visitas anda de Uber pela cidade, principalmente na Zona Leste.

Luci explicou que, apesar de ter um marido, assinaram um contrato que garantia que ela permaneceria no local mesmo que o marido não fosse ficar. Ela mencionou que tanto ela quanto o marido eram pessoas em situação de rua, mas que enquanto ela já estava adaptada, o marido, Jorge, precisaria de adaptação. Luci afirmou que ambos não queriam mais sair e relatou que, em fevereiro, um visitante informou que Jorge havia andado pelos albergues e não queria mais ficar com ela, sugerindo que ela fosse para um local individual. Luci agora estava enfrentando dificuldades, pois o auxílio reencontro estava sendo encerrado para ela e, com isso, ficaria em situação de rua, já que cortaram seu aluguel. Ela questionou como proceder com alguém que está estabilizado e assinou um contrato de dois anos, mas agora se encontra nessa situação. Ela também quis saber o motivo da redução do tempo de permanência no abrigo, tanto para ela quanto para seu esposo. Luci informou que, caso o aluguel não fosse resolvido na próxima semana, ela não teria mais moradia.

A próxima inscrita foi Gisele, que iniciou destacando que ela, Ingrid, Victor e Hully ficaram três dias na Patriarca devido às denúncias que estavam sendo feitas. Ela mencionou que encaminhou essas denúncias ao grupo do comitê, que visualizou, mas não respondeu, o que a deixou

revoltada, junto com Lorena. Gisele explicou que escutou a demanda da população, ressaltando que isso é algo que todos devem fazer, e não apenas escutar gerentes ou funcionários. Ela acredita que, por acharem que têm uma faculdade, algumas pessoas se consideram donas da razão. Dirigindo-se à secretária Regina, Gisele questionou até quando a população iria continuar a enfrentar esse descaso, pois, embora a GCM estivesse presente, as assistentes sociais pareciam ausentes, só aparecendo quando o subprefeito estava por lá. Ela mencionou que esses casos estavam sendo divulgados no Instagram do subprefeito, mas ele só visitava uma região específica.

Gisele também destacou que a população estava sem oportunidades e sofrendo. Ela relatou que o equipamento onde estavam era sucateado, com comida de carne de porco sendo servida, enquanto as OSCs ganhavam milhões de reais, e quem realmente sofria era a população. Gisele criticou o fato de haver vários equipamentos e vilas sendo construídos apenas para exibição, com algumas instalações abandonadas, módulos vazios e pessoas na rua. Ela destacou que o dinheiro que estava sendo investido deveria ser destinado a melhorar as condições da população.

Gisele enfatizou a necessidade de fiscalização e não apenas escutar gerentes ou assistentes sociais, afirmando que muitas pessoas em situação de rua chegavam em um estado e saíam pior. Ela mencionou que o SEAS estava pedindo aumento e se dirigiu à secretária Regina, questionando com todo respeito como era possível colocar uma mulher sem experiência com a população de rua à frente da secretaria. Ela observou que já se passaram três meses e não houve nenhuma visita ou reunião, e que os locais de moradia estavam infestados com baratas, percevejos e alimentos estragados, além de as crianças ficarem com furúnculos.

Gisele afirmou que a SEPAS, o 156 e o SEAS precisavam ser fiscalizados, pois, segundo ela, os funcionários desses órgãos coletavam dados com tablets e os levavam embora, enquanto as pessoas em situação de rua esperavam mais de dez horas por atendimento. Ela destacou que a população era vulnerável e não tinha nenhum documento oficial para mostrar a realidade de sua situação. Por fim, ela relatou casos de negligência e a falta de respostas, especialmente quando se questionava sobre a disponibilidade de vagas.

Aglai é a próxima inscrita e inicia sua fala com uma saudação às grandes mães do axé, destacando sua admiração pela religião e a fé que tem em Deus e no candomblé. Ela expressa sua gratidão à Secretaria por estar escutando todos os presentes e compartilha que está há dez anos em situação de rua, lutando para garantir sua herança, ressaltando a importância da presença da SEHAB na reunião ordinária.

Ela questiona a ausência dos conselheiros, mencionando que apenas Gisele está presente, e aponta que, enquanto o decreto está em vigor, os outros conselheiros não estão presentes. Aglai solicita que o regimento interno seja seguido e faz referência à Lei 62.149-23, especificamente ao artigo 7. Ela também solicita a presença do Tribunal de Contas na reunião e pede que o chefe da Guarda Municipal esteja presente para dialogar com as pessoas presentes. Diante dos fatos expostos, Aglai aborda a questão da cozinha comunitária e da Vila Reencontro, mencionando também as questões relacionadas às carnes de porco, além de informar sobre o decreto que regulamenta esse termo. Ela solicita uma solução para esses problemas e sugere a formação de uma comissão da CDHU. Aglai também enfatiza a necessidade de que a moradia se torne um verdadeiro lar, agradece a oportunidade de se manifestar e deixa claro que o comitê tem a obrigação de fiscalizar a situação das ruas.

Cristiano informa que o tempo de fala é curto, sendo apenas uma introdução, e expressa seu desejo de que as autoridades saiam mais para as ruas e se distanciem um pouco das reuniões. Ele enfatiza a importância de retomar a voz do povo. Situação de rua e relata que, na segunda-feira, dia 31/03, dormiu em frente à Secretaria, e no domingo, dia 30/03, solicitou atendimento e questiona o porquê de ter que comprovar que recebe bolsa família, sendo que as vagas são para pessoas que estão em situação de rua. Cristiano fala sobre a espera de quarenta minutos para conseguir uma vaga e relata que, após cerca de cinquenta minutos, um rapaz, aparentando ter uns 25 anos e com contrato do POTE, conseguiu uma vaga em menos de dez minutos. Ele argumenta que, na realidade, a vaga deveria ser dele, pois o rapaz tinha renda, e ele não. Ele menciona que ligou para o 156 e, ao ser solicitado que tirassem uma foto dele, se recusou. Logo depois, foi informado de que não havia vagas disponíveis. Cristiano também relata que, enquanto estava na Praça da Sé, observou que quem usava colete era quem tomava as decisões. Ele descreve o processo de questionar as pessoas e como uma mulher que estava dentro de uma van quase o agrediu por ter sido questionada por ele.

Cristiano destaca a ausência de representantes da Câmara na reunião ordinária e menciona que a população em situação de rua existe e que as ruas se tornaram uma "fábrica de miséria", com muitas pessoas aproveitando dessa situação para ganhar dinheiro. Ele também relata que, embora tenha conseguido uma vaga, foi com grande dificuldade.

Cristiano ainda afirma que está na calçada e que, mesmo conseguindo a vaga, foi um processo doloroso. Ele conta sobre uma pessoa que estava defendendo a população em situação de rua e quase foi agredida. Também relata que Lucas Amaral tirou uma foto dele e lhe entregou um papel lhe garantindo uma vaga, mas, quando chegou ao local onde Lucas havia informado que havia vaga, a mulher que o atendeu disse que não havia vaga e que Lucas Amaral não tinha autoridade para decidir nada, o que causou grande constrangimento.

Cristiano expressa que o tempo de fala é curto para todas as questões que precisa abordar, mas garante que estará presente nas próximas reuniões para continuar lutando e levantando a bandeira da população em situação de rua.

Por fim, ele fala sobre a reunião da SMADS e aponta que os responsáveis precisam estar na Secretaria e que a população de rua precisa também ocupar a Secretaria de Assistência Social, lembrando que não há ninguém representando a população em situação de rua. Cristiano destaca que a voz da população em situação de rua precisa ser retomada e critica os vereadores, dizendo que eles sobem no palco para falar bonito, mas dentro da reunião não estão presentes para ouvir as demandas reais.

Maria iniciou seu relato cumprimentando a todos e informando que falava em nome de sua família. Ela mencionou que, há um mês, haviam recebido a atenção da nova secretária, o que trouxe uma nova esperança para eles. No entanto, as ações para melhorar a situação de sua família têm sido lentas e insuficientes. Eles enfrentam desafios para conseguir moradia, documentos e acesso básico a serviços. Além disso, Maria destacou a falta de transparência e comunicação clara sobre as políticas e programas destinados a auxiliá-los. Ela mencionou também as atas que seriam disponibilizadas na portaria para aqueles que não têm acesso à internet, com a possibilidade de alteração. No entanto, as atas não foram disponibilizadas conforme o combinado. Maria também relatou que tiveram uma conversa com a adjunta Stella sobre a implementação do Wi-Fi para visitantes, a fim de facilitar o acesso, mas ainda estão aguardando a implementação desse serviço.

Diante disso, Maria solicitou a aceleração da implementação das políticas anunciadas, garantindo que as ações planejadas sejam efetivamente colocadas em prática, de forma eficaz, e cheguem rapidamente a quem mais precisa. Ela enfatizou a necessidade de assegurar maior transparência e comunicação, disponibilizando as atas das reuniões das portarias e implementando a rede Wi-Fi solicitada, permitindo que as famílias possam acompanhar as iniciativas e estabelecer canais de diálogo contínuos entre as pessoas em situação de rua e os órgãos responsáveis, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas em reuniões que impactam diretamente suas vidas. Maria ressaltou que cada dia que passa aumenta a vulnerabilidade dessas famílias e que é essencial que as promessas se transformem em ações concretas que melhorem a realidade. Ela também destacou a importância de esperar respostas e medidas que tragam esperança e dignidade a todos, pedindo que as autoridades tratem os outros da mesma maneira que gostariam de ser tratados.

Maria informou ainda que o pessoal da mesa coordenadora tinha acesso à rede Wi-Fi, mas não compartilharam essa informação. Ela destacou que Ellen ficou de conversar com eles, mas não o fez. Além disso, relatou que foram ao comitê, onde foi informado que este não iria atrás das suas necessidades, sendo o comitê responsável por isso. No entanto, ela enfatizou que o comitê sim, vai atrás das necessidades deles.

Maria também mencionou a ata, destacando que Karen Fernanda havia informado que não existia ata, mas que eles tinham acesso a elas. Ela questionou por que apenas a ata das reuniões online era disponibilizada, enquanto a ata das reuniões ordinárias não o era. Destacou ainda que, nas reuniões online, somente Karen Fernanda falava, enquanto nas reuniões presenciais ela não se manifestava. Maria afirmou que querem ter acesso às atas e acusou Karen Fernanda de mentir para eles, lembrando que ela passou direto por eles enquanto estavam na recepção. Ela questionou também o motivo dessa atitude de Karen.

Adicionalmente, Maria informou que Natalia, da ouvidoria, havia coletado dados deles, mas até o momento não havia dado nenhuma resposta. Ela relatou que a ouvidoria estava mentindo, pois, mesmo após pegar o telefone deles, não houve qualquer contato por parte de Natalia ou Alex até a reunião. Maria ainda questionou sobre o papel dos Direitos Humanos, que, segundo ela, nunca fizeram nada por eles, embora tenham diversos documentos desde 2023 e até agora não tenham recebido qualquer retorno. Ela também questionou onde estavam as pautas das reuniões, mencionando que Karen havia informado que não havia pautas, mas que elas, na verdade, existiam, e algumas delas estavam pendentes há muito tempo. Maria ressaltou que, desde a gestão de Alcyr, nada foi feito por eles, e que as atas sempre foram escondidas ou modificadas, sem que se soubesse se isso mudaria na nova gestão.

Maria relatou ainda sobre as pessoas em situação de rua que não têm acesso à internet e sobre a ata que deveria ser disponibilizada na portaria. Ela também questionou sobre Lucas Amaral, acusando-o de mentir, pois teria prometido arrumar uma vaga no POT, mas quando Alex foi até lá às 18h, não havia vaga disponível. Ela informou que Lucas os bloqueou no WhatsApp para não responder às suas mensagens. Além disso, mencionou o comportamento do pessoal da Secretaria da Saúde, que ficava afastado durante as reuniões, e destacou o nome de Alderon e Julia Lima, sugerindo que também estavam envolvidos na situação.

Izabel C.S. iniciou seu relato informando que é LGBTQIAPN+ e PCD, e que sofreu violência sexual desde a infância. Atualmente, encontra-se em situação de rua e, por isso, sabe bem o que

as pessoas nessa condição passam, embora considere necessário ter calma. Ela mencionou que já participou do conselho em 2006 e 2007, e que votou para a criação de conselhos para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua, além de conselhos para pessoas em situação de rua que vivenciam violência doméstica, independentemente de terem filhos ou não. Izabel explicou que, quando uma pessoa sai da rua e é acolhida, somente os técnicos dos abrigos oferecem suporte, mas nem sempre isso é suficiente.

Izabel relatou um caso ocorrido no Centro Pop de Sumaré, onde uma conselheira e quatro moradores a ameaçaram de morte, a violentaram e a agrediram. Ela também destacou que, embora o Pérola Baiton aceite pessoas LGBTQIAPN+, houve um caso de violência sexual envolvendo um funcionário e uma moça estrangeira, além do roubo de seus pertences. Por conta disso, Izabel não permaneceu nesse local de acolhimento, pois ficou com trauma.

Izabel fez um pedido à Secretaria de Assistência Social para que o "Chá do Padre" continue prestando acolhimento. Ela mencionou que foi acolhida pela assistente social Silvia no "Chá do Padre" em 2021, quando foi violentada na região da Sé. Izabel expressou carinho e amor pelas pessoas em situação de rua e relatou que o "Chá do Padre" encaminha essas pessoas para abrigos, além de oferecer acesso à Defensoria Pública. Ela destacou que esse foi o único local onde foi recebida de braços abertos.

Izabel também informou que os Direitos Humanos a acolhem desde a infância e enfatizou que, embora algumas pessoas cometam delitos, não se deve generalizar todos os casos. Ela ressaltou que as pessoas em situação de rua sofrem violência, independentemente de serem usuárias de substâncias ou não. Essas pessoas enfrentam ameaças e ficam vulneráveis nas ruas. Izabel ainda mencionou que existe um projeto sobre o qual ela se informará e, assim que tiver mais detalhes, avisará a todos.

Alex relatou que está percebendo uma melhoria nas reuniões e que novas pessoas estão participando, destacando que Lorena está trazendo demandas legítimas. Alex afirmou que é uma falácia dizer que não há pautas, pois, Castor trouxe pautas no final do ano anterior, e que, no início deste ano, foi acordado que as pautas de Alex, Maria, Castor e Gisele seriam levadas adiante. Alex questionou o motivo de continuarem tentando enganá-los. Além disso, Alex mencionou as reuniões online da zeladoria, relatando que ele, sua esposa e seu filho foram atropelados pela zeladoria e que possui dois processos em andamento, um dos quais está sob a responsabilidade de uma juíza. Ele ressaltou a necessidade de realizar essas reuniões de forma presencial, já que, nas reuniões online, apenas a mesa coordenadora e Roseli, que não é mais conselheira, estão participando. Alex considerou essa situação incorreta. Ele também destacou a necessidade de reuniões presenciais, mencionando Dona Solange e ressaltando que a Adjunta Stella não tem prestado atenção e não tem cumprido com o que promete, além de destacar que as respostas, sejam elas positivas ou negativas, não estão chegando. Alex afirmou que Natalia, da ODH, mentiu para eles, esclarecendo que ligaram para Dona Solange em um dia de chuva e que a alegação de que Dona Solange queria dinheiro para sair da rua era falsa. Alex se dirigiu a Stella e afirmou que as pessoas responsáveis por atender não estão funcionando corretamente, ressaltando que, se for para fazer apenas relatórios, isso não adianta.

Alex também mencionou que Dona Solange continua na situação de rua após um mês, enfrentando dificuldades, e que ele sempre denunciou a situação, mas que Karen Fernanda e o comitê esconderam a questão, sendo que nas atas só há falas dela, e apenas as falas que a mesa deseja registrar. Alex questionou por que a população em situação de rua não pode falar

nas reuniões, apontando que isso ocorre principalmente porque essas pessoas não têm acesso à internet. Ele questionou Stella sobre o que foi combinado a respeito da Ata e destacou que isso não está sendo cumprido. Stella respondeu a Alex informando que estão buscando uma forma de instalar o wi-fi para os visitantes.

Alex ressaltou que a mesa coordenadora continua a mesma e que ela tem manipulado as reuniões online da zeladoria. Ele também questionou por que a ata da reunião online foi divulgada antes da ata da reunião presencial, afirmando que isso aconteceu porque as falas na reunião online eram predominantemente da mesa, e que a única pessoa que tenta se expressar é Gisele, mas ainda assim não consegue.

Alex questionou sobre quem, da população em situação de rua, participa das reuniões online e afirmou que já havia falado sobre esse assunto anteriormente. Ele destacou que, embora tenham vencido uma batalha, ainda não ganharam a guerra. Alex mencionou a falta de respostas sobre as demandas apresentadas e afirmou que a ouvidoria ainda não se manifestou, apesar de ter prometido dar retorno. Ele também criticou o uso de termos agressivos e mal-educados por pessoas que deveriam proteger a população de rua.

Karen respondeu às colocações das pessoas, destacando que o momento para falas abertas havia sido encerrado e que seria necessário dar um retorno. Ela explicou que, quando se fala sobre as pautas, trata-se de uma ordem e um cronograma que são votados pelos conselheiros eleitos, que são os responsáveis por definir as pautas a serem debatidas nas reuniões.

Karen então retornou sobre as respostas aos comentários de Alex, esclarecendo que não é algo que se resolve da noite para o dia, mas que Allan, da ODH, iria dar um retorno. Ela também destacou que a mesa coordenadora, composta por Beatriz Clemente e Hari Kraemer, está à frente do processo e que esses membros foram eleitos para o período de 2024/2026. Karen também mencionou outros conselheiros que não estavam presentes.

Castor afirmou que conselheiros ausentes deveriam ser substituídos por suplentes, e Karen respondeu que estão atualizando a portaria para trazer essas respostas. Karen finalizou informando que a ata da reunião ordinária é uma ata confeccionada detalhadamente, enquanto as atas das reuniões de zeladoria e saúde são resumos, com os encaminhamentos sendo feitos ao final de cada reunião.

Pedro Luiz solicita a fala e informa que já foi morador de calçada, ressaltando a importância de que, no comitê, as conversas devem ocorrer de forma civilizada, com respeito às pessoas. Ele menciona que atualmente mora na primeira locação social.

Pedro Luiz destaca que o local da reunião ordinária é um espaço abençoado, mencionando que antigamente não havia tantas brigas. Ele questiona Alex sobre onde ele reside e reafirma que o local ainda é considerado sagrado para as reuniões.

Pedro expressa sua alegria por estar presente na reunião e compartilha que, hoje em dia, tem amigos que sentem vergonha de estar ali. Ele questiona como será possível realizar uma reunião sobre locação social se não se consegue garantir um espaço para a fala de todos. Destaca que, dentro do comitê, conquistaram algumas vitórias com educação, lembrando que antigamente nem o Bolsa Família era recebido. Ele se dirige à nova secretária e pede por paz.

A Adjunta Stella solicitou a fala e informou que a doutora Elaine Gomes, secretária da SMADS

(Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), gostaria de se pronunciar. Stella reforçou que aquele momento seria destinado à escuta e sugeriu que, caso fosse incômodo para a mesa coordenadora, as falas da próxima reunião fossem organizadas em formato de círculo.

A doutora Elaine Gomes iniciou sua fala relatando que foram recebidas 169 mensagens e que, infelizmente, não é possível atender ou participar de todas as reuniões em tempo integral. Destacou que a secretária Regina Santana de Direitos Humanos havia conversado com ela anteriormente, mencionando que tinha um compromisso na região da Mooca, mas que decidiu participar da reunião para escutar, ressaltando a importância de manter a calma e a paciência. Informou que são recebidas diversas denúncias, tanto na SMADS quanto nos acolhimentos, e que, na medida do possível, essas denúncias são apuradas e encaminhadas, embora não seja possível resolvê-las de forma imediata e contínua.

Ingrid apontou que as principais demandas se referem à população em situação de rua, à escassez de vagas, ao trabalho da abordagem social, ao Programa Operação Trabalho (POT) e à locação social.

A doutora Elaine Gomes esclareceu que algumas dessas demandas não são de responsabilidade direta da SMADS. Informou que questões relacionadas a benefícios e ao POT são de responsabilidade da Secretaria Municipal do Trabalho. Já as demandas sobre locação social são de competência da SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação), sendo assim, a SMADS não pode responder por elas.

Elaine Gomes sugeriu que fosse organizada uma reunião com a Secretaria do Trabalho ou que essa secretaria fosse convidada para participar da próxima reunião. Em relação à questão das vagas, reconheceu que o problema é real e afirmou que atualmente não há equipamentos suficientes para atender à alta demanda da cidade de São Paulo, tanto de migrantes quanto de imigrantes. Mencionou a presença de migrantes de outras cidades da Grande São Paulo, como Sorocaba, utilizando os equipamentos da SMADS. Compartilhou um caso em que viu bilhetes entregues em mãos e que foram entregues por uma assistente social, para que essa família em situação de rua esperasse na Praça da Sé para atendimento e que vinham de outra cidade, e afirmou que hoje os equipamentos estão abrigando cerca de 4 mil imigrantes, sendo necessário mais recursos para abrir novos locais de acolhimento.

Elaine também mencionou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) sobre qualidade da alimentação, em resposta a relatos sobre unidades de acolhida onde estaria sendo servida apenas carne suína, o que gerou preocupação.

Na sequência, Castor manifestou-se dizendo que as pessoas em situação de calçada não estão recebendo respostas e que é urgente dar retorno sobre questões prioritárias como moradia, saúde e, só então, trabalho. Afirmou que não se pode ignorar essas demandas e questionou como alguém pode pensar em trabalhar sem antes ter atendimento adequado às suas necessidades básicas. Castor declarou que sua insistência é justificada, assim como a repetição na Bíblia, escrita há mais de 3.500 anos. Dirigindo-se à secretária Elaine Gomes, afirmou que ela é o primeiro passo em direção ao prefeito, e que a fala dele até hoje não gerou mudanças concretas. Disse ainda que já estiveram juntos na Câmara Municipal e que todos falam sobre moradia, salário e emprego, mas não se fala daquele que está completamente desamparado. Como cidadão brasileiro, afirmou levantar essa bandeira e declarou que, se necessário, irá falar com o prefeito, o governador e até o presidente, mas que não quer sair em jornal ou falar com eles para

tirar fotos, mas para expor suas falas. Finalizou questionando por que não se abre espaço para escuta direta das pessoas em situação de calçada, lembrando que o comitê foi criado justamente como espaço de escuta e desabafo para essa população.

Thais Santos iniciou sua fala informando que integra a Frente da População em Situação de Rua na área técnica da Coordenação da Proteção Social Especial, e todos os serviços da SMADS possuem frentes específicas. Informou que faz parte da frente voltada à população de rua e que sua presença será constante. Explicou que, devido a outras demandas, a secretária Elaine Gomes precisaria se retirar da reunião, mas que ela permanecerá presente para levantar e acompanhar as demandas apresentadas, trabalhando continuamente com base nelas.

Thais destacou que estão em contato permanente com o SEAS (Serviço Especializado de Abordagem Social) e que será feita a organização das demandas, bem como a articulação com as secretarias responsáveis, para garantir suas presenças nas reuniões. Informou ainda que tem autonomia para fazer convites a outras secretarias e articular reuniões específicas a partir das demandas levantadas.

Ingrid finalizou destacando que as demandas serão registradas de forma coletiva, e não individual, propondo a divisão por grupos e por tipo de demanda.

Karen retomou a fala e informou que, presentes na Secretaria, estiveram Regina Santana, a secretária Elaine Gomes e a adjunta Stella.

Em seguida, Luiza manifestou-se dizendo que está na coordenação por uma luta e por uma causa, reforçando que toda pessoa precisa de uma oportunidade. Destacou a importância de se falar em coletivo e reiterou que sua presença ali se dá por convicção nessa luta. Utilizou a expressão "a união faz a força", acrescentando que "uma andorinha não faz verão, mas anuncia a primavera", em apelo à união entre os participantes. Ressaltou que acredita que as respostas virão e enfatizou que está ali não por medo, mas para escutar as pessoas. Disse ainda que, caso precise fazer críticas, o fará, pois valoriza a verdade. Relatou que foi intimada para realizar buscas no dia seguinte e que irá cumprir essa missão, pois não tem medo da rua — prova disso é que esteve, às 5h da manhã, na Cracolândia, procurando dois rapazes para informá-los do falecimento de um ente querido. Luiza frisou que quem está na coordenação é por mérito de um bom trabalho realizado, sem vínculos com a antiga coordenação.

Allan informou que já conversou individualmente com todos os envolvidos sobre as devolutivas no dia 19/03, ocasião em que foram feitos os relatos e realizados os devidos encaminhamentos. Relatou que, como se passaram menos de quinze dias, ainda não houve retorno, mas acredita que nas próximas semanas as respostas serão apresentadas.

Encaminhamentos:

N.	Descrição dos encaminhamentos.	Responsável.
01	Marco em Respeito à População em Situação de Rua	SMDHC
02	Ofício para as secretarias direto do gabinete aos devidos gabinetes cobrando presença nas reuniões.	SMDHC

03	Verificar a possibilidade do Comitê realizar visitas nas Vila Reencontro para compreensão real das necessidades.	SMDHC
-----------	--	-------

Obs. Lista de Presença: 124101062



Maria Luiza Rodrigues Quirino
Coordenador(a) I
 Em 22/04/2025, às 09:52.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **124101136** e o código CRC **D7745323**.
